COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - CSPCCO

PROJETO DE LEI Nº 5.671, DE 2023

Institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Autores: Deputados ALFREDO GASPAR E

OUTROS

Relator: Deputado RODRIGO VALADARES

I - RELATÓRIO

Trata-se do estabelecimento de diretrizes para implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Na Justificativa o ilustre autor invoca como razão para a apresentação do projeto a frequência com que os incidentes com múltiplas vítimas (IMV) vêm ocorrendo no País, especialmente no âmbito escolar. Propõe a instalação do "botão do pânico" nas escolas dentre outras medidas preventivas, como a videovigilância e o estabelecimento de protocolos de combate à violência. Prevê o custeio das medidas em parceria com a União, Estados e Municípios, bem como a destinação de 5% do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para esse fim.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentado em 23/11/2023, em 22/02/2024 foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); de Educação (CE); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as duas últimas para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II), em regime de tramitação ordinária (art. 151, inciso III).

Em 28/02/2024 foi aprovado requerimento nº 4.136/2023, da Deputada Luísa Canziani, para alteração do regime de tramitação para urgência, o qual foi alterado para apreciação do Plenário.

Tendo sido designado Relator em 12/03/2024, nos honra apresentar o presente parecer.

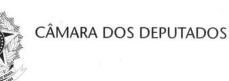
É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão examinar o mérito de matérias que combatam a "violência rural e urbana" ou instituam "políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais", nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alíneas 'b' e 'g'), que se amolda, portanto, ao conteúdo da proposição em apreço.

Cumprimentamos os ilustres Autores pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de prover mais proteção a





toda à sociedade, mediante a alteração do foco da prevenção e combate à violência junto aos estudantes em formação, para que não delinquam na condição de adultos. A integração pretendida, da União, Estados e Municípios é medida essencial para a consecução do objetivo da lei, bem como a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sem os quais seria praticamente inviabilizada a pretensão legislativa.

O enfoque do parecer em questão, portanto, é o de mérito segundo a vocação temática da CSPCCO e a esse respeito não temos reparos a fazer quanto ao conteúdo.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, solicitando apoio aos demais Pares para que votem no mesmo sentido.

Sala da Comissão, em de de 2024.

RODRIGO VALADARES DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE RELATOR



